

# Educação e cidadania: uma questão de inclusão

Resultado de investigação finalizada

GT 25 – Educação e desigualdade social

Eliane Marchetti

[elianemarchetti@gmail.com](mailto:elianemarchetti@gmail.com)

## Resumo

A temática deste artigo está relacionada à educação de indivíduos vitimados pela desigualdade social, com trajetórias escolares interrompidas, e que só puderam retornar à escola por meio de programa ofertado pela Educação de Jovens e Adultos (EJA). Realizamos um estudo com o intuito de pesquisar e analisar como esses alunos percebem a formação educacional que recebem e até que ponto eles exercem sua cidadania nesse contexto. Foi possível observar que tal circunstância leva-os ao movimento de construção de cidadania, que se dá ao longo de sua trajetória acadêmica. Dessa forma, entendemos que a educação de jovens e adultos, ao atender indivíduos que trazem a marca da exclusão social, contribui para a inclusão e o resgate do exercício de cidadania.

**Palavras-chave:** educação de jovens e adultos (EJA), cidadania, inclusão.

## 1. Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade específica da Educação Básica<sup>1</sup> que se propõe a atender jovens e adultos vítimas da desigualdade política, social e econômica, ou seja, um público ao qual foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência. Esses indivíduos trazem a marca da exclusão social, exclusão que ocorre para grande parte da população brasileira desfavorecida economicamente, social e culturalmente.

Visando o atendimento desse público, o governo brasileiro criou o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA. O programa é inovador em seus ideais emancipatórios, pois abandona a perspectiva estreita de formação para o mercado, assumindo a formação integral dos sujeitos, por entender a educação como direito de todos.

Assim sendo, o PROEJA consiste em um processo formativo escolar para jovens e adultos com trajetórias interrompidas, apresentando-se, portanto, como uma possibilidade de formação integral do indivíduo. O Programa visa contribuir para resgatar os direitos de cidadania, uma vez que tem por objetivo a superação de programas fragmentados, assistencialistas, centrados apenas no mercado de trabalho e na empregabilidade (Brasil, 2007).

Em 2006, logo após a criação do PROEJA pelo governo brasileiro, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG passa a oferecer acesso aos sujeitos sociais da EJA. Vale destacar que o CEFET-MG, renomada instituição de educação pública federal, oferece cursos que vão desde o ensino básico integrado ao ensino profissional a cursos de graduação e pós-graduação. Assim sendo, o CEFET-MG passa a ofertar cursos de nível médio integrado à educação profissional em Edificações e Mecânica na modalidade PROEJA.

Partimos da compreensão que a educação como prática social constitui direito do indivíduo. Acreditamos que os alunos, quando têm a oportunidade de voltar à escola, fazem-no guiados pelo desejo de inclusão social. No entanto, percebemos que, ao terem a oportunidade almejada, muitos

---

<sup>1</sup> A educação básica é o primeiro nível do ensino escolar no país e compreende três etapas: a educação infantil (para crianças de zero a cinco anos), o ensino fundamental (para alunos de seis a 14 anos) e o ensino médio (para alunos de 15 a 17 anos).

deles se evadem postergando, ou até mesmo desistindo da realização da conquista da cidadania por meio do conhecimento construído na escola. A evasão é um problema que compromete o êxito de qualificação daqueles que, uma vez excluídos do sistema educacional, ao terem novamente a oportunidade de integração, se excluem. Sabemos que um dos grandes desafios da educação destinada a jovens e adultos tem sido incentivar a permanência do aluno na escola.

A pesquisa<sup>2</sup> realizada nesse estudo teve como informantes os alunos frequentes no curso técnico integrado noturno em Edificações, oferecido na modalidade PROEJA no CEFET-MG. Dessa forma, pretendemos, com este artigo, buscar evidenciar como estudantes da modalidade de educação jovens e adultos do CEFET-MG percebem a formação educacional que recebem e até que ponto eles exercem e/ou constroem sua cidadania nesse contexto.

## 2. O conceito de cidadania abraçado

Despontamos para uma nova era, um emergente contexto social com mudanças acirradas pelo desenvolvimento acelerado de novas tecnologias. Vivenciamos a compressão tempo-espço, a globalização e suas consequências benéficas e malélicas, a economia de acumulação flexível com o desemprego estrutural. O Brasil vivencia muitas desigualdades, mas autores como Dagnino (1994), Wanderley (2010), entre outros, prevêm a mudança da práxis e dos conceitos atuais através do próprio sujeito<sup>3</sup>. Os autores acreditam que tais mudanças podem ocorrer através da agência de sujeitos que almejem e lutem pelo direito à igualdade, pelo direito às diferenças, pelos direitos humanos, pelos direitos sociais, pelos direitos do novo cidadão. Dessa forma estarão reivindicando o direito de se tornarem cidadãos de um novo tempo. Torna-se necessário que reconheçam os direitos advindos do direito de ter direitos, respeitando-os, pois a sociabilidade, a sustentabilidade, a preservação do planeta terra fazem parte do caráter inerente a essa nova cidadania.

Wanderley (2010) avalia que ações de movimentos sociais como o feminista, o ecológico, o étnico entre outros, trouxeram novas dimensões ao conceito de cidadania. Os processos de conscientização e de politização conduzidos em diversas instâncias levaram à mudança de atitude dos participantes de tais movimentos, que passaram a reivindicar direitos, em vez de pedir favores assistencialistas. No Brasil, principalmente nas últimas décadas, destacam-se ações de movimentos populares. Primeiramente reivindicando direitos à sobrevivência, ou seja, consumo coletivo, tais quais, direitos à moradia, à alimentação, à saúde, ao saneamento, para então reivindicar direitos humanos, como direitos à diferença, ao meio ambiente saudável, à paz etc.

Dessas acepções, ressaltamos que Wanderley (2010) dialoga com o pensamento de Dagnino (1994) que corrobora uma nova noção de cidadania, chamada de 'cidadania ampliada'. Segundo Dagnino(1994) esse conceito começou a ser formulado pelos movimentos sociais que se organizaram no Brasil a partir do final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980. Eles demandaram por moradia, educação, saúde, transporte e também questões de raça, gênero, etnia. Nas palavras da autora (op. cit., p.104), temos que: “na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos – tanto o direito à igualdade como o direito à diferença – constituiu a base fundamental para a emergência de uma nova cidadania”. Tal redefinição inclui não somente o direito à igualdade, mas também o direito à diferença, que especifica e aprofunda o direito à igualdade. Além disso, retoma a noção do direito de ter direitos e inclui a invenção, criação de novos direitos, que emergem de lutas específicas e da sua prática, concreta.

Dagnino (1994, p.108) afirma:

---

<sup>2</sup> A pesquisa mencionada faz parte da Dissertação de Mestrado intitulada 'A educação de jovens e adultos no CEFET-MG: o olhar dos alunos', defendida pela PUC-SP em 2009 e disponível em: [http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=11843](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=11843)

<sup>3</sup> Sujeito é aquele que faz a ação ou a dirige, o homem como dono de si mesmo e da natureza, construtor do seu mundo, defensor de direitos e da subjetividade (WANDERLEY, 1992).

a nova cidadania requer (e é até pensada como sendo esse processo) a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram ser os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Nesse sentido, ela é uma estratégia dos não cidadãos, dos excluídos, uma cidadania “de baixo para cima”.

Essa nova concepção de cidadania almeja a transformação social. Uma construção democrática, que impõe um laço constitutivo entre as dimensões de cultura e política. Incorpora também características de sociedades contemporâneas como, por exemplo, o papel das subjetividades, o surgimento de um novo tipo de sujeito social e, portanto, com outro tipo de direitos, além da ampliação do espaço da política. Além disso, reconhece e enfatiza o caráter intrínseco da transformação cultural em relação à construção da democracia. Ela se constitui, também, enquanto uma proposta de sociabilidade, uma proposta mais igualitária das relações sociais em todos os seus níveis.

Dagnino (1994) conclui que a cidadania ampliada deve ser estabelecida dentro da própria sociedade e não mais restrita aos limites das relações com o Estado, ou entre Estado e indivíduo. O processo de construção de cidadania, enquanto afirmação e reconhecimento de direitos é, especialmente na sociedade brasileira, um processo de transformação de práticas muito arraigadas, não apenas no Estado, mas na sociedade como um todo. O significado dessa cidadania está muito longe de ser limitado à aquisição formal e legal de um conjunto de direitos. Para a autora, garantir a cidadania como estratégia significa entender que o seu conteúdo e seu significado não são universais e sim resposta à dinâmica dos conflitos reais, vividos pela sociedade num determinado momento histórico.

### **3. Metodologia**

Em função da natureza do fenômeno a ser investigado e da opção por dar voz aos sujeitos envolvidos no processo de apropriação do curso médio integrado ao técnico na modalidade PROEJA, esta pesquisa teve cunho qualitativo. O formato metodológico escolhido para a sua operacionalização foi o estudo de caso, conforme prescreve Nunan (1992).

Os participantes da pesquisa foram os alunos do 1º, 2º, 3º e 4º ano do curso médio integrado em Edificações, turno da noite, modalidade PROEJA, no CEFET-MG em Belo Horizonte, que formalizaram sua concordância em participar da mesma.

Os dados para a realização da pesquisa foram coletados através da aplicação de dois questionários semiestruturados (Dörney, 2003) e duas entrevistas também semiestruturadas. O primeiro questionário aplicado foi respondido por todos os alunos frequentes do curso em questão e o segundo pelos representantes das turmas. Em relação às entrevistas, a primeira delas envolveu 8 (oito) alunos. Aplicamos essa entrevista naqueles alunos que, após a compilação dos dados coletados pelo questionário, julgamos ter mais subsídios para nos oferecer. Já a segunda entrevista foi realizada com a funcionária da Seção de Atendimento ao Estudante (SAE). Além disso, também foram realizadas algumas notas de campo. O entrelaçamento dessas diferentes fontes de pesquisa e a análise de seus dados nos possibilitou cumprir o objetivo proposto.

### **4. Análise de dados**

Os questionários aplicados levantaram dados relativos ao: (1) perfil geral dos estudantes; (2) perfil socioeconômico; (3) infraestrutura física disponibilizada pela instituição; (4) infraestrutura humana e serviços disponibilizados; (5) ações realizadas pelo CEFET-MG voltadas para a permanência do aluno; (6) nível de representatividade acadêmica e reivindicação exercida pelos alunos; (7) significação de vir a ser portador de diploma técnico do CEFET-MG; e (8) satisfação com a aprendizagem.

Ressaltamos aqui alguns dados levantados pelos questionários<sup>4</sup>. A faixa etária dos informantes oscila entre 16 a 45 anos de idade e cerca de 80% são solteiros. Mais da metade deles estão inseridos no mercado de trabalho, sendo que desses cerca de 60% exerce trabalho fixo com carteira assinada. O restante realiza estágios remunerados. No entanto, apenas um terço desses alunos que trabalham atua na área de Edificações, ou seja, do curso que frequentam. Em relação ao perfil socioeconômico os dados revelam que praticamente a metade deles é dependente financeiramente. Os dados também revelam que a renda *per capita* de 70% das famílias é igual ou inferior a 70% do salário mínimo. A infraestrutura física que o CEFET-MG oferece ao curso de Edificações do PROEJA é considerada como muito boa pela maioria dos alunos.

Destacamos também as ações voltadas para a permanência dos alunos desenvolvidas pelo CEFET-MG, visto a importância dada pelos alunos a este quesito. Os dados revelaram que mais da metade dos alunos recebem auxílio para estudar na instituição. O critério de seleção dos beneficiários é socioeconômico.

O Programa Alimentação, subsidiando ou isentando os alunos do pagamento relativo à realização das refeições feitas na escola (em especial o jantar), é outra ação que concorre para incentivar a permanência dos alunos do PROEJA, pois são consideradas de qualidade por seus usuários. Ressaltamos que o restaurante é subsidiado pelo CEFET-MG e faz parte das ações voltadas para estimular a permanência dos alunos na escola – programa de alimentação escolar (CEFET, 2005).

Outra ação desenvolvida pelo CEFET-MG visando à permanência dos alunos e que é pouco ressaltada pelos mesmos é o empréstimo de livros didáticos – programa de material didático (CEFET-MG, 2005). Parece que os alunos naturalizaram o empréstimo anual dos livros didáticos adotados pelos professores em sala de aula, que lhes é feito no *campus* I. Apenas 20% dos informantes consideraram o empréstimo de livros como um auxílio recebido. Os alunos só consideram empréstimo de livros o material extra que pegam na biblioteca por critério próprio, para devolvê-lo em um período curto de tempo.

A bolsa de complementação educacional permite aos alunos estagiarem na área do curso e, ao mesmo tempo, exerce a função de complementar a sua renda. No entanto, percebemos que esforços podem ser feitos no sentido de que mais bolsas de complementação sejam oferecidas para que mais alunos possam ser atendidos, já que atualmente são apenas três os alunos que gozam do referido benefício.

Os questionários aplicados também levantaram a significação no olhar dos alunos de vir a ser portador de diploma fornecido pela instituição. Foi possível observar que a quase totalidade dos informantes considera que o diploma de técnico fornecido pelo CEFET-MG é muito valorizado no mercado de trabalho. Interessante também observar que quase a totalidade dos alunos tem pretensão de dar continuidade aos estudos.

Outros dados que merecem serem aqui evidenciados são as razões dadas pelos informantes para justificar sua opção por estudar no CEFET-MG. As respostas fornecidas pelo questionário foram agrupadas em quatro grupos distintos: (1) ensino gratuito de qualidade, (2) curso técnico reconhecido, (3) oportunidade de ascensão social e (4) entrada mais facilitada. Os dados coletados revelaram que a quase totalidade dos alunos prioriza o fato da instituição de ensino oferecer um ensino técnico de qualidade reconhecido pelo mercado de trabalho.

Destacamos que os dados acima que foram extraídos dos questionários semiestruturados aplicados e serviram como um instrumento para classificar e indicar uma autoridade demonstrativa dirigida à análise qualitativa (Minayo, 2009). Apresentamos a discussão de certos aspectos recorrentes nos depoimentos dos entrevistados que passam a orientar a forma como a análise dos

---

<sup>4</sup> A totalidade dos dados referentes à pesquisa podem ser consultados na pesquisa já mencionada, “A educação de jovens e adultos no CEFET-MG: o olhar dos alunos”, que deu origem a este artigo. Disponível em:

[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=11843](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=11843)

dados coletados é apresentada e discutida neste artigo: a) a busca pela qualificação; b) as dificuldades na luta pela permanência; c) o processo da construção da cidadania na escola; d) a conquista da cidadania ampliada.

#### **4.1. A busca pela qualificação**

Os informantes percebem que, cada vez mais, o mercado de trabalho excludente, competitivo e seletivo exige profissionais qualificados. A busca pela qualidade do ensino é mais uma tentativa de preenchimento de requisitos formativos para o exercício da cidadania. Os alunos vislumbram na oportunidade de qualificação a perspectiva de integração sociocultural. Conforme Wanderley (2003), a exclusão vai além do emprego, abrange a participação política, a dos meios culturais, da vida societária, enfim o exercício da cidadania. É nesse contexto que a modalidade de ensino médio integrado à formação técnica com vistas ao atendimento de alunos da EJA – o PROEJA – encontra sentido: a perspectiva de formação inclusiva para o exercício pleno da cidadania.

Quando os alunos buscam a qualidade de ensino, buscam a igualdade de condições, ou seja, buscam a continuidade dos estudos. O processo de construção de cidadania já se instala mesmo antes de seu acesso ao curso. É uma construção que já está em andamento, que está sendo buscada, construída, não é dada pelo Estado. É de “baixo para cima”, conforme coloca Dagnino (1994). Ainda que em nível individual, esses alunos lutam e buscam respostas à dinâmica dos conflitos reais, vividos pela sociedade em que se incluem neste determinado momento histórico. Eles percebem que o processo de exclusão em que se encontram vai diminuindo à medida que criam condições de inserção.

#### **4.2. A cidadania em movimento: as dificuldades na luta pela permanência**

Uma vez conquistado o acesso ao CEFET-MG, os informantes deixam entrever a sua luta em prol da permanência, numa demonstração inequívoca de persistência em sua escalada no vir a ser cidadão.

A renda per capita dos informantes é bastante baixa. Para eles, somente o fato de estudar no CEFET-MG gratuitamente ainda não é garantia de sua permanência no curso. Os alunos que obtiveram auxílio para a permanência alegam necessitar desse apoio para ter condições de permanecer na escola. Assim sendo, na luta para conseguirem se formar, esses alunos contam com alguns benefícios disponibilizados a eles pelo CEFET-MG e/ou governo federal, como mencionado.

Ao levantar os fatores que concorrem para comprometer a permanência dos alunos da modalidade PROEJA na escola, percebe-se que a dificuldade de aprendizagem também merece atenção especial. É possível verificar que esses alunos apresentam uma especificidade cultural que, de certa forma, os deixa homogêneos: foram excluídos do gozo a um ensino fundamental de qualidade. São alunos que vieram de escolas públicas do entorno em que residem. Independente de já terem deixado a escola há muito tempo ou não, chegam ao nível médio com deficiências de vários níveis, em diversos tópicos de conteúdo importantes para o ensino médio.

É relevante observar que a Educação Básica tem a função de fazer com que o aluno adquira os conhecimentos relativos à cultura e às ciências, propiciando a construção de conhecimentos relacionados à capacitação humana, indispensáveis para todos, independente de que profissão exerça (Parecer CNE/CEB 11/00). A proposta é superar a ideia de educação compensatória advinda do ensino supletivo. No entanto, percebe-se que os alunos do curso de Edificações - PROEJA do CEFET-MG carregam marcas profundas da exclusão da qual são vítimas: a bagagem de conhecimento adquirido nos estudos aos quais tiveram acesso não os capacita a cursar um curso integrado técnico nos mesmos moldes do curso integrado diurno da instituição. Os relatos de todos os informantes atestam dificuldades em relação às disciplinas básicas, principalmente Matemática.

Os alunos do PROEJA acreditam que o curso do CEFET-MG não se adéqua às suas necessidades. Como fatores de inadequação, apontam o conteúdo programático das disciplinas, o

grande número de matérias cursadas por ano letivo, o excesso de atividades extraclasse demandadas por cada professor, o alto nível de exigência dos professores das disciplinas do núcleo comum e a heterogeneidade das turmas iniciais. Segundo eles, essas questões fazem com que muitos alunos sejam reprovados ou desistam dos estudos.

Através das entrevistas coletadas pudemos observar evidências do processo de cidadania em construção, pois ao mesmo tempo em que os alunos denunciam a não adequação do curso às suas necessidades, eles demonstram sua insatisfação com o fato. Pelos depoimentos coletados pudemos verificar que os alunos esperam que a modalidade de ensino respeite as suas diferenças e necessidades, uma vez que são elas que os fazem optar por esse curso. Coadunamos com Dagnino (1994) quando a autora defende que o respeito à diferença aprofunda o direito à igualdade. Afinal, cidadania significa também ter direito a ser diferente e, ainda assim, ser considerado como igual (Wanderley, 2003).

### **4.3. A cidadania em movimento: manifestações em nível macro**

Brandão (2002) pondera que faz parte da missão legal e integrante da função social da escola investir no empoderamento dos alunos. É necessário formar cidadãos críticos e multiletrados, para que se tornem donos de sua história, conscientes de seus direitos sociais e de suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, como preceitua o Decreto 5840/06 (Brasil, 2006).

Pelos dados coletados percebem-se indícios de que as turmas, apesar de compostas por faixa etária heterogênea, criam uma identidade que as levam a se organizar para lutar por seus direitos na instituição. A cidadania é uma conquista, construída e fortalecida na medida em que os indivíduos se apropriam de seu direito de reivindicar (Dagnino, 1994). Tão logo adentram a escola, os alunos percebem que a união faz a força, que a luta individual, apesar de às vezes necessária, os fragiliza enquanto grupo e não garante grandes conquistas, o que corrobora o conceito de rede social e solidária de Brandão (2002). Assim sendo, os alunos formam estratégias de sobrevivência, tão logo os problemas se instalam. Nesse processo, as lideranças se manifestam.

Dentro do próprio conceito de cidadania, um dos elementos estratégicos é a chamada representatividade. É por meio de reuniões, do debate entre os pares, da busca do diálogo com os agentes públicos que os informantes aprendem o que é representatividade, ao compreender como podem se fazerem ouvidos e, em alguns momentos, atendidos.

Tão logo percebem as dificuldades que têm com as disciplinas e o desamparo que sentem por parte da instituição, os informantes tomam medidas de autoproteção conjuntas como a criação de grupos de estudos com liderança de alunos com melhores notas e aulas de reforço dada por colegas afins.

A contribuição de Dagnino (1994) a respeito do conceito de cidadania ampliada ilumina a questão. Da mesma forma, a partir do momento em que os alunos lutam por espaços de reivindicação e a escola propicia este espaço, a escola de certa forma contribui para uma educação com formação cidadã.

### **4.4. A cidadania ampliada: uma luz no fim do túnel**

Eu entro no CEFET, eu me sinto gente. Meu sonho é vencer aqui dentro.  
(Informante B)

A partir da contribuição de Dagnino (1994), entende-se que a cidadania ampliada é estabelecida dentro da própria sociedade, através da luta dos que se sentem excluídos, privados de seus direitos. Aqueles que hoje lutam e reivindicam seus direitos dentro da escola, amanhã estarão reivindicando seus direitos no bairro, nos sindicatos, nos empregos. Concordamos com Arroyo (2003) quando afirma que a educação escolar pode contribuir para formar cidadãos que se reconheçam como sujeitos de suas vidas. Percebemos que os alunos, ao enfrentarem as dificuldades

encontradas para permanecer, ao lutar por seus direitos dentro da escola, iniciam processos de construção de sua própria história, tornam-se agentes no processo de ser cidadão. Coadunamos com o pensamento de Arroyo (2003), de que é na busca, na luta por direitos que ocorre o espaço pedagógico para o verdadeiro processo de constituição do cidadão. A educação escolar por si só não confere cidadania aos excluídos.

Observamos que quando o aluno percebe a validade, a importância de ser cidadão, da busca pela inclusão, pela interação sociocultural, ele está dando início ao processo de construção de cidadania. Ele não é ainda um cidadão pleno, mas encontrou uma luz no fim do túnel.

Fechamos a discussão a respeito dos dados coletados com as palavras do Informante B, usadas como epígrafe, porque elas são contundentes e falam por si só, resumindo em uma só frase toda a teoria revisitada e articulada com a prática flagrada por esta pesquisa, evidenciando um sujeito em seu vir a ser cidadão, consciente do seu direito ao reconhecimento acadêmico-profissional, a ser idealmente conquistado nos próximos anos: *“Eu entro no CEFET, eu me sinto gente. Meu sonho é vencer aqui dentro.”*

## 5. Considerações Finais

Com base nos estudos realizados tecemos nossas considerações finais.

Parece que podemos afirmar que as ações voltadas para a solução de problemas socioeconômicos que dificultam ou impedem a permanência dos alunos na instituição – bolsa permanência, programa de material didático, programa alimentação e a bolsa de complementação educacional – estão sendo realizadas com sucesso.

Foi possível verificar, a bolsa permanência cumpre com a função de resolver as dificuldades financeiras inerentes à locomoção dos alunos, já que se trata de um benefício estendido a todos os alunos matriculados na modalidade investigada.

Em termos gerais, entendemos que a política institucional de incentivo à permanência dos alunos do PROEJA, consubstanciada nos benefícios contemplados até o momento, facilita a inclusão e promove a permanência de alunos de baixa renda, cumprindo o preceituado pelo PDI (CEFET, 2005). O Programa de Permanência desenvolvido na instituição corrobora para estimular o desenvolvimento do aluno enquanto conquista de cidadania, fortalecer a sua autoestima e a sua autonomia, a partir do momento em que contribui e/ou possibilita a sua permanência nos estudos.

Os alunos reconhecem que o diploma de técnico expedido pela instituição corrobora para que eles se re/insiram no mercado de trabalho. Os alunos do PROEJA reconhecem, na capacitação de qualidade para o trabalho, a possibilidade de se re/integrarem à vida sociolaboral.

Ressaltamos que os alunos questionados e entrevistados são aqueles que permanecem, que lutam por seus ideais, que persistem na busca de seus objetivos. São indivíduos que estão em busca de conhecimento, de crescimento, de aquisição de saberes. São indivíduos cuja luta pela permanência demonstra a recusa por permanecerem “nos lugares definidos social e culturalmente para eles” (DAGNINO, 1994). Portanto, são alunos que estão vencendo os entraves que dificultam a sua permanência na escola, pois sabem que, para permanecer, têm que lutar e enfrentar as adversidades que surgem.

Tão logo os alunos constroem um sentimento de identificação enquanto turma, eles partem para a busca coletiva da solução de suas dificuldades. Eles percebem que a estratégia de luta coletiva faz com que ganhem força para reivindicar melhor os seus direitos.

Ficou claro pelos dados coletados que o processo de se apropriar do curso e de lutar por assegurar a capacitação profissional induz os alunos a desenvolverem a sua cidadania. O processo de construção do vir a ser cidadão manifesta-se das mais variadas formas, desde a tentativa de servir como exemplo aos filhos, à luta por não perder a vaga conquistada, ao apoio dado aos colegas, à renovação da própria motivação, à resistência às pressões vivenciadas no contexto escolar, que podem ser ilustradas por algumas de suas ações relatadas à pesquisadora, tais como: eleição de representantes de turma, escolha de pares mais competentes para ajudar nos estudos, tentativa de

trazer de volta para os bancos da escola colegas que desistiram etc., até decisões mais elaboradas como a busca da união como estratégia de reivindicação de melhorias em suas condições de estudo.

Acreditamos que esta pesquisa pode servir como um ponto de partida para o estabelecimento de um planejamento político-pedagógico com vistas à melhoria das condições de oferta da modalidade na instituição. Pelo fato de a pesquisa ter sido realizada levando-se em consideração o ponto de vista dos alunos, acreditamos que a instituição já tem, nesses dados, subsídios ricos acerca do que eles precisam e/ou do que percebem como necessidades a serem atendidas.

A maior contribuição deste trabalho parece-nos estar no fato de ele ter proporcionado uma oportunidade primeira aos informantes e à pesquisadora de questionarem a realidade instituída da modalidade PROEJA na escola. Além disso, acreditamos que a iniciativa reforçou a necessidade de reformulação das bases estruturantes do curso e de investimento na construção, inclusive, de novas políticas institucionais que deem conta das especificidades e unicidade da modalidade. Os resultados da pesquisa fornecem subsídios nesse sentido.

### Referências:

Arroyo, M. (2003). Educação e exclusão da cidadania. In: Buffa E.; Arroyo M. & Nosella. P.. *Educação e Cidadania: Quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez.

Brandão, C. R. (2002). *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Brasil (2000). Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB 11/00. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC. Brasil (2005). Congresso Nacional. Decreto n. 5.478. 24 de junho.

Brasil (2006). Congresso Nacional. Decreto n. 5.840. 13 de julho.

Brasil (2007). Ministério da Educação. SETEC. PROEJA. Documento Base da Educação Profissional Técnica de nível médio/ensino médio. Brasília.

CEFET-MG (2005). *Plano de Desenvolvimento Institucional: Política institucional 2005 - 2010*. Belo Horizonte.

Dagnino, E. (1994). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In Evelina Dagnino, (org). *Os anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Dörnyei, Z. (2003). *Questionnaires in second language research: construction, administration and processing*. USA: Lawrence Erlbaum Associates.

Marchetti, E. (2010). *A educação de jovens e adultos no CEFET-MG: O olhar dos alunos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: [http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=11843](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=11843)

Minayo, M. C. S. (org.); Deslandes, S. F. & Gomes, R. (2009). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Nunan, D. (1992). Case Study. Elicitation techniques. In: *Research methods in language learning*. Cambridge: Cambridge University Press.



Wanderley, L. E. (2003). Globalização, religiões, justiça social: metamorfoses e desafios. In Lopes Sanchez & Wagner (org.). *Cristianismo na América Latina e no Caribe: Trajetórias, diagnósticos, perspectivas*. São Paulo: Paulinas.

Wanderley, Luis Eduardo (2010). *Educação Popular: Metamorfoses e veredas*. São Paulo: Cortez.